

PRINCIPAIS RECORTES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MAIN RECIPES ABOUT THE HISTORY OF BRAZILIAN EDUCATION

Neuzângela Maria Diniz Lima¹
Francisco Roberto Diniz Araújo²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo levantar dados que favoreçam conhecer os principais eventos que formam a história da educação brasileira, seus programas e decretos legais ao longo de seu desenvolver. Além disso, apresenta o surgimento da educação nos primórdios do Brasil e suas peculiaridades: o surgimento ocorre num contexto econômico colonial que não priorizava a escolaridade e a escolarização não era valorizada pelos colonizadores e nem pela população de modo geral. Esse estudo pretende divulgar o desenvolvimento e a efetivação da educação no Brasil, as políticas que favoreceram a implantação e implementação, desde o ensino infantil, passando pelo Fundamental e suas divisões, as regulamentações do ensino médio e ensino Superior. As fontes principais foram: Darius e Darius (2008), Beluzo (2015), Kassar (2011), o site do Ministério da Educação (MEC), dentre outros. A pesquisa se efetivou de forma teórica, em uma pesquisa criteriosa de cunho bibliográfico e documental através das plataformas SciELO, Google acadêmico dentre outros.

Palavras-chave: História da Educação. Leis. Decretos. Ensino. Obrigatória.

1413

ABSTRACT: This article aims to collect data that helps to understand the main events that form the history of Brazilian education, its programs and legal decrees throughout its development. Furthermore, it presents the emergence of education in the early days of Brazil and its peculiarities: the emergence occurred in a colonial economic context that did not prioritize schooling and schooling was not valued by the colonizers or by the population in general. This study intends to publicize the development and implementation of education in Brazil, the policies that favored the implementation and implementation, from early childhood education, through Elementary and its divisions, the regulations for secondary education and higher education. The main sources were: Darius and Darius (2008), Beluzo (2015), Kassar (2011), the website of the Ministry of Education (MEC), among others. The research was carried out theoretically, in a careful bibliographic and documentary research through the SciELO platforms, Google Scholar among others.

Keywords: History of Education. Laws. Decrees. Teaching; Mandatory.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Educaler, Pós-Graduada em Educação para Jovens e Adultos pelo Instituto Superior de Educação de Afonso Cláudio, Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Católica de Salvador, Professora da Rede Municipal de Camaçari-BA.

²Professor orientador Francisco Roberto Diniz Araújo. Mestre e Doutor em Ciências da Educação. Posdoctorado en Psicología con Orientación en Metodología de la Investigación de Revisión - Universidad de Flores (UFLO, Argentina). Professor Bolsista. Professor/Coordenador de teses e dissertações da Universidade de Flores- UFLO, professor lotado na secretaria Municipal de Educação SEMED – São Bento PB.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Brasil (2016) (apud Moraes, 2017) educação é “[...] o processo educacional que visa a desenvolver, em cada cidadão, consciência solidária e atitudes concretas que o tornem um agente social compromissado com a qualidade de vida de quem está ao seu lado”. Complementado por Moraes (2017, p.11), “isso significa acolher todas as pessoas no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas”. A história da educação no Brasil tem suas peculiaridades: a organização econômica colonial Brasileira não priorizava a escolaridade; a escolarização não era valorizada pelos colonizadores; “pois registros de Portugal apontam que naquele país, no século XIX, grande parte da população não tinha acesso à instrução e era analfabeta; e a grande maioria da população era composta de escravos” (Kassar, 2011, p. 63). No Brasil colonial não se deu diferente pois a elite política era majoritariamente portuguesa.

Esses fatos foram determinantes para caracterizar a educação Brasileira. Surge inicialmente com a educação jesuítas na colônia portuguesa e relacionada com o conhecido movimento de emergência da escolarização no mundo. Os jesuítas influenciaram bastante a organização de nossa sociedade e também foram eles que orientaram a população da época: os filhos dos colonos, dos senhores de engenho, dos escravos indígenas e africanos, educavam na fé cristã, na disciplina do cuidar do corpo e, nos valores morais segundo os costumes europeus (Carvalho, 2008). Iniciou-se com o caráter de escola privada e voltada com especificidade para os mais abastados, no entanto esse intuito, no decorrer dos anos voltou-se para a maioria da população e após vários movimentos reivindicatórios ganhou status de pública e obrigatória a todos os cidadãos (as). Dessa forma, o objetivo deste artigo é levantar dados que favoreçam conhecer os principais eventos que formam a história da educação brasileira.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Mesmo a educação sendo obrigatória para todos segundo a constituição de 1824, o ministério da educação, órgão normativo, só foi criado em 1930, “Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública com a função de despacho dos assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar” (Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, MEC) (Brasil, 2019).

A criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) se deu em 1931, para realizar consultoria, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública para assuntos de ensino. (Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931). O atual CNE, órgão colegiado integrante do MEC (Ministério da Educação e Cultura), foi instituído pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministério da Educação (Brasil, 2019).

Segundo Saviani (2004), apud Darius e Darius (2008), os “embriões” da escola pública foram os chamados Grupos Escolares, que disseminaram a ideia de escola para todos e se tornaram um marco da origem da escola pública, de muita importância para a história do ensino de 1º grau no Brasil. Esta etapa se divide em três períodos.

- 1) 1890-1931: corresponde ao momento em que houve implantação gradativa das escolas primárias nos estados Brasileiros e a formação dos professores pelas escolas normais;
- 2) 1931-1961: período de regulamentação das escolas superiores, secundárias e primárias e,
- 3) 1961-1996: criação da primeira lei de Diretrizes e Bases (4.024/96) e da atual (9.394/96) (Darius e Darius, 2018, p. 35).

Um importante acontecimento foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que fomentou a discussão da educação na sociedade republicana que vivia momentos de intensa transformação nas modalidades econômica e intelectual para todos, na maioria do país. O movimento propunha um sistema de ensino público, leigo, gratuito e obrigatório para os Brasileiros menores de 18 anos. O redator do documento foi Fernando de Azevedo e foi assinado por vinte e quatro educadores e intelectuais de renomes, os quais defendiam a reformulação do sistema educacional que fosse menos elitista e mais aberto à diversificação das classes sociais considerando às necessidades de um país em processo de industrialização (Brasil, 2019).

Em 1937 ocorreu a publicação da Lei nº 378, de 13 de janeiro daquele ano. Estabelece ampla reforma e estruturação do sistema educacional Brasileiro, iniciando pelo nome do “Ministério da Educação e Saúde Pública que passou a ser Ministério da Educação e Saúde e que em 1953, passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC), a sigla se mantém até os dias atuais”, apesar da educação só ter sido passada a ser atribuída exclusivamente a pasta apenas em 1995” (Brasil, 2019). As reformas e leis ocorridas naquele ano criam grandes instituições importantes para o desenvolvimento intelectual do país tais como: Universidade do Brasil, Novas escolas (liceus), Instituto Nacional de Pedagogia, atualmente denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Nacional de Cinema Educativo, Museu Nacional de Belas Artes e o Serviço de Radiodifusão Educativa, Serviço Nacional de Teatro “(Decreto-Lei

nº 92, de 21 de abril de 1937) e Instituto Nacional do Livro (Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937)” (Brasil, 2019).

No ano seguinte “[...] o Instituto Nacional de Pedagogia passa a ser denominado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sendo nomeado para a sua direção o professor Lourenço Filho (Brasil, 2019)”.

A instituição do ensino dividido em faixas etárias e em etapas específicas para cada uma delas ocorre em 1942. De acordo com a legislação Brasileira atual, a faixa etária de escolarização obrigatória vai dos 4 aos 17 anos. A Lei determina que aos 4 anos, a criança deve estar na pré-escola, ingressar aos 6 anos, no ensino fundamental, devendo estar aos 15 anos no ensino médio.

A estruturação do ensino industrial desenvolvidas em 30 de janeiro de 1942 e do hoje conhecido como ensino médio, pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que estabeleceu no Brasil o sistema educacional organizado em três graus: 1) Ensino superior gerenciado pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931). 2) O ensino de primeiro grau que hoje é o Fundamental, era constituído pelo ensino primário de quatro ou cinco anos, sendo obrigatório e gratuito para as crianças de 7 a 12 anos nas escolas públicas. 3) O ensino de segundo grau, também conhecido como ensino médio, destinava-se a jovens de 12 a mais. Dividia-se em cinco partes, sendo uma com a finalidade de preparar para o ensino superior e as demais para instruir força de trabalho para os setores principais: de produção, o ensino comercial, o ensino industrial, o ensino agrícola e o ensino normal que formava professores para trabalhar com o ensino primário (Brasil, 2019).

1416

O capitalismo industrial que se instala no país toma forma a partir do início da década de quarenta, a política econômica e financeira de incentivo a indústria emergente, visando crescimento, organização e expansão do mercado interno, são combustíveis para embasar o lançamento em 1947 da “[...] Campanha Nacional de Educação de Adultos, com participação de todos os Estados e do Distrito Federal que resultou na instalação de 10 mil classes de ensino supletivo para adultos.” (Brasil, 2019).

A educação de jovens e adultos se propagou Brasil afora com a instalação do método de Educação de Jovens e Adultos de Paulo Freire e do programa Mobral, que objetivava a preparação da mão de obra da massa da população carente de instruções escolares. “A educação concebida no período ditatorial, que se estendeu até 1985, tinha caráter tecnicista, ou seja, voltada para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho realizando a preparação do indivíduo.” (Beluzo, 2015).

Ainda na década de quarenta ocorre publicação das leis orgânicas do ensino primário e do ensino normal, é lançada a Campanha Nacional de Educação de Adultos e se cria uma comissão composta por diferentes setores da educação, que faz e encaminha à Câmara dos Deputados, por regulamento da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, “[...] uma proposta de estatuto para o ensino, que serviu de referência para o Projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada 13 anos mais tarde.” (Brasil, 2019).

Na década de cinquenta institui-se uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes. O Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC). É lançada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades). Também foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com o nome de Campanha da Merenda Escolar, que a partir de 1995, o programa passa a ser descentralizado por meio do processo de municipalização. E foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e centros regionais, todos subordinados ao Inep (Brasil, 2019). O CBPE foi criado com o objetivo de pesquisar as conjunturas escolares e culturais e os rumos de desenvolvimento das regiões e da sociedade Brasileira como um todo, para o delineamento gradativamente de políticas educacionais para o país. A biblioteca do CBPE conservava “um cadastro bibliográfico e de instituições educacionais e de educadores do Brasil e do mundo e também um Museu Pedagógico” (Brasil, 2019), objetivando mostrar o avanço dos conceitos, desempenho educacionais, materiais de ensino, ademais, mantinha uma filmoteca, discoteca, arquivos de fotos e imagens (Brasil, 2019).

1417

No final dos anos cinquenta em “[...] âmbito do Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959, são lançadas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo” (Brasil, 2019), as quais visavam o desenvolvimento do ensino primário e a análise experimental da efetividade socioeconômica dos métodos e processos do ensino primário, educação de base e da rural para verificar a eficiência na eliminação do analfabetismo (Brasil, 2019).

Na década de sessenta houve a criação da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (Cosupi), “[...] destinada à implantação e desenvolvimento de um programa de educação tecnológica.” (Brasil, 2019). Tinha como meta criar e efetuar, de acordo com o MEC, as utilizações das verbas destinadas à instalação de institutos de tecnologia e ciências básicas para a eficácia do ensino nas escolas de nível superior (Brasil, 2019). Em 1961 foram fixadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. “A aprovação da primeira LDB, assegurou o direito à

educação com recursos do Estado e determinou autonomia didática, administrativa e disciplinar às universidades autárquicas ou fundações.” (Brasil, 2019).

Com a LDB, foi originado o Conselho Federal de Educação, formado por vinte e quatro componentes designado pelo presidente da República, com a competência, entre outras coisas de decidir como funcionaria os “estabelecimentos isolados de ensino superior federais e particulares e o reconhecimento das universidades mediante aprovação de seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior depois em atividade regular há dois anos (Brasil, 2019)’. Com a primeira LDB ocorreu a subtração da centralização do MEC, os órgãos estaduais e municipais obtiveram autonomia (Brasil, 2019).

Em 1964 criou-se o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que se baseava no método Paulo Freire, com a finalidade de propiciar uma alfabetização generalizada, proporcionou-se uma mobilização país adentro, que envolveu participações “[...] de agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, grupos organizados da sociedade civil, entidades religiosas, organizações governamentais civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão e o magistério.” (Brasil, 2019).

Também foi instituído o auxílio devido pelas empresas envolvidas à Previdência Social, salário-educação, cujo valor é equivalente ao custo do ensino primário dos filhos dos trabalhadores da empresa em idade de escolarização obrigatória, com intuito de complementar as despesas públicas com educação básica (Brasil, 2019).

Aprovado em 1965 o Estatuto do Magistério Superior, “[...] que estabeleceu o magistério superior indissociável do ensino e da pesquisa nas universidades para fins de transmissão e ampliação do saber.” (Brasil, 2019).

A criação do Centro Brasileiro de TV Educativa deu-se em 1967, “[...] que tinha por finalidade a produção, aquisição e distribuição de material audiovisual destinado à radiodifusão educativa” (Brasil, 2019). Neste mesmo ano foi criada a Fundação Nacional de Material Escolar (Fename), esta última tinha o intuito de elaborar, divulgar e aprimorar a qualidade, preço e uso do material didático (Brasil, 2019).

Criação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967). Entre as principais atribuições, constavam a assistência financeira e técnica com vistas a fomentar em todo o país a obrigatoriedade do ensino na faixa etária de 7 a 14 anos, extensão da escolaridade até a 6ª série, inclusive com assistência educativa imediata aos analfabetos de qualquer idade ou condição alcançáveis pelos recursos audiovisuais em programas que assegurassem aferição dos resultados, alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos e direitos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com a duração prevista de nove meses (Brasil, 2019).

Criado em 1968 o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP) “[...] com o objetivo de angariar recursos e canalizá-los para o financiamento e projetos de ensino e pesquisa, para alimentação escolar e bolsas de estudo.” (Brasil, 2019). Neste mesmo ano foi criada a Lei da Reforma Universitária que dita as regras para organizar e fazer funcionar o ensino superior e como articular com o ensino médio (Brasil, 2019).

1969 foi instituída a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor), “[...] com a finalidade de preparar e aperfeiçoar docentes, técnicos e especialistas em formação profissional.” (Brasil, 2019).

Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixava-se as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a Nova LDB, o objetivo: “[...] proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento das potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e para o exercício da cidadania.” (Brasil, 2019). No Decreto de nº 68.728, de 11 de junho de 1971, confere ao Instituto Nacional do Livro as responsabilidades da Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted), que ficou incumbido das políticas dos livros técnicos e didáticos (Brasil, 2019).

Fixadas as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a chamada Nova LDB (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), que tinha por objetivo principal proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. A cooperação com empresas, através de convênios, deu origem aos estágios profissionalizantes. O ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos. O texto também previa um currículo comum para o 1º e 2º graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais.

O Decreto nº 68.728, de 11 de junho de 1971, transfere ao Instituto Nacional do Livro as competências da Comissão do Livro Técnico e Didático (Colted), que passa a ser responsável pela política dos livros técnicos e didáticos (Brasil, 2019).

Em 1973 entra em destaque o primeiro órgão destinado a educação especial no Brasil, é o “[...] o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) (Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973) para subsidiar a formulação da política nacional relativa à educação de estudantes especiais.” (Brasil, 2019).

Instituído em 1974 “[...] o Conselho Nacional de Pós-Graduação (Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974), com o objetivo de propor medidas necessárias à execução e atualização da Política Nacional de Pós-Graduação.” (Brasil, 2019).

Em 1975 ocorre o pioneirismo da “TV Educativa, Canal 2, também chamada de TVE Brasil ou TVE RJ, a primeira emissora de televisão pública e de cunho educativo do Brasil (Brasil, 2019)”. Neste mesmo ano também é fundado “[...] o Programa de Crédito Educativo (Creduc) (Exposição de Motivos nº 393, de 18 de agosto de 1975), operacionalizado inicialmente

com recursos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e bancos comerciais.” (Brasil, 2019).

Em 1981 Cria-se:

Sistema de Informações Bibliográficas em Educação (Sibe), constituído por um complexo de bibliotecas e/ou centros de documentação especializados em educação, sendo o Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec) a unidade central. O acervo era constituído de coleções de órgãos extintos, tais como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e outras bibliotecas de diversos setores do MEC. O principal produto do Sibe foi a Bibliografia Brasileira de Educação (BBE) (Brasil, 2019).

Foi alterado em 1983 o nome da “[...] Fundação Nacional de Material Escolar (Fename) para Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com finalidades de assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º graus.” (Brasil, 2019). Segundo Brasil (2019) foi criado em 1985 o: “[...] o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem por objetivos a socialização e universalização do ensino por meio da seleção, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos”, a distribuição dos livros atendia a “todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o país (Decreto nº 91.542, em 19 de agosto de 1985) (Brasil, 2019)”.

Também naquele ano foi “redefinidos os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) tendo em conta que a ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola passa a ser a principal diretriz do programa Educação para Todos (Brasil, 2019)”.

O Mobral passa a ser denominado Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela saíram antes de concluírem todo o percurso escolar (Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985) (Brasil, 2019).

Em 1990, 1991 e 1992 foram criados “[...] o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com o objetivo de identificar fatores que incidem no processo de aprendizagem com vistas à melhoria da qualidade do ensino.” (Brasil, 2019); “[...] o programa Salto para o Futuro, como “Jornal da Educação, Edição do Professor”, concebido e executado pela Fundação Roquette Pinto; para atender às diretrizes políticas do Governo Federal no fomento aos programas de educação a distância e também inspirar alternativas pedagógicas. Em 1996, o programa foi incorporado à grade da TV Escola (Brasil, 2019)”; e “[...] Instituído o Programa de Crédito Educativo (PCE) para estudantes carentes e com bom desempenho acadêmico em cursos universitários de graduação (Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992), (Brasil, 2019), consecutivamente nesta ordem cronológica (Brasil, 2019)”.

Embasado e no contexto “[...] pós Declaração Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien, Tailândia, foi criada a comissão especial para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos, (Portaria nº489, de 18 de março de 1993).” (Brasil, 2019).

As posições de consenso dessa reunião foram resumidas na Declaração Mundial de Educação para Todos. Enquanto subscrito desse documento, o Brasil, assim como outras nove nações em desenvolvimento e com significativa população mundial, comprometem-se internacionalmente de em uma década (1993-2003) garantir a todos o direito da educação, empenhando-se em conseguir a universalização da educação básica (Brasil, 2019).

Em 1995 com a finalidade de promover a melhoria do ensino, utilizando a educação aberta, continuada e a distância, por intermédio das emissoras de rádio e televisão da Fundação Roquette Pinto, foi criada a TV Escola, mediante o Protocolo de Cooperação Técnica nº 1 (Brasil, 2019). Também nesse mesmo ano cria-se o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), que a partir de 1998 por força da Medida Provisória nº 1784, de 14 de dezembro,” passou a ser designado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Promovido pelo FNDE, “[...] o PPDE tem o objetivo de prestar assistência financeira às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas.” (Brasil, 2019).

1421

Promulgada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que estabelece normas para todo o sistema educacional, da educação infantil à educação superior, além de disciplinar a Educação Escolar Indígena. A nova LDB substitui a Lei nº 5.692 de 1971 e dispositivos da Lei nº 4.024, de 1961, que tratavam da educação.

Aprovada a Emenda Constitucional nº 14, regulamentada pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Avaliação global do ensino superior a partir da análise de indicadores de desempenho, abrangendo o desempenho individual de estudantes, os cursos de graduação (Exame Nacional de Cursos), os programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento, e também as instituições de ensino superior (Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996). (Brasil, 2019).

Em 1997 ocorre a Fusão FAE/FNDE, “[...] e todas as atribuições e responsabilidades da FAE passam a ser da competência do FNDE.” (Brasil, 2019). Institui-se em 1998 “[...] o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que em 2001 passou a ter caráter de teste válido para o acesso ao ensino superior, de forma isolada ou combinado ao vestibular tradicional.” (Brasil, 2019).

Em 1999 o Ministério da Educação e do Desporto muda sua nomenclatura para Ministério da Educação (Medida Provisória nº 1.799-1, de 21 de janeiro de 1999) e o Programa de

Crédito Educativo torna-se o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) (Brasil, 2019). A Instituição financeira responsável pela gestão: Caixa Econômica Federal (Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999) (Brasil, 2019). Ainda em 1999 foram “[...] aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (Parecer nº 14/99, de 14 de setembro de 1999 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação).” (Brasil, 2019).

Em 2001 é decretado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), com permanência de 10 anos, declarando os Estados e os Municípios a partir daquela data com a encargo de criar os planos decenais. “À União cabe instituir o Sistema Nacional de Avaliação, fixando os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes no PNE” (Brasil, 2019).

Também no mesmo ano foi “Instituído o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001), (Brasil, 2019). Ainda nesse ano foi produzido o Programa Nacional de Renda Mínima ligado à Educação, o conhecido “Bolsa-Escola” lei Federal (Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001), com intuito de estimular crianças e jovens de baixa renda, de 6 a 15 anos a encerrarem, através da educação, a recorrente reprodução da miséria MEC (Brasil, 2019). “As mães beneficiadas pelo programa recebiam um cartão magnético para levantar junto à Caixa Econômica Federal o recurso liberado pelo MEC (Brasil, 2019)”.

Com o objetivo de ampliar a alfabetização de jovens acima de 15 anos e adultos excluídos da escola antes de aprender a ler e a escrever. E priorizando o repasse de recursos para estados e municípios estimulando a permanência dos alunos nas classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cria-se o Programa Brasil Alfabetizado (Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003), e é ampliado o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) para atender, além do ensino fundamental, estudantes das escolas da educação especial, das escolas públicas, as privadas com fins filantrópicos (Brasil, 2019). Também se torna “[...] obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial das escolas públicas de educação básica (Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003). (Brasil, 2019). E é ampliado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que começa a atender crianças que ingressam nas creches públicas e filantrópicas, antes não tinham direito ao benefício. Como também a pré-escola começa a receber valores iguais aos repassados ao ensino fundamental (antes, eles recebiam

apenas a metade), enquanto as escolas localizadas em comunidades indígenas os estudantes recebiam valores maiores, por causa de particularidades socioeconômicas das populações dali (Brasil, 2019).

Em 2004, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) cria-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Enquanto os alunos iniciantes e concluintes seriam avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) (Brasil, 2019).

Neste ano é criado o Programa Universidade para Todos (ProUni), que disponibiliza bolsas de estudos (parciais e integrais) a estudantes de baixa renda (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2004) (Brasil, 2019). “O programa também define que um percentual das bolsas deve ser voltado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.” (Brasil, 2019). As conhecidas políticas de cotas.

Ainda em 2004 é promulgado o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), “[...] com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (Lei nº 10.880, de 9 de julho de 2004).” (Brasil, 2019). Também foram regularizados artigos da LDB relativos à Educação Profissional, intentos à integração entre o ensino médio e o ensino fundamental e o ensino fundamental técnico (Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004). Permitindo aos estudantes concluírem a educação básica juntamente com o ensino profissionalizante (Brasil, 2019).

No ano seguinte é iniciada a distribuição de livros didáticos de português e matemática para alunos do ensino médio de escolas públicas do Norte e do Nordeste. Em 2006, passa a ser universalizada a distribuição para o ensino médio de todo o país (Brasil, 2019).

Foi criado o Programa Escola de Fábrica (Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005), objetivando capacitar jovens de 16 a 24 anos para o ingresso no mercado de trabalho por meio de cursos de iniciação científica profissional recebendo auxílio de bolsa mensal por toda extensão do curso. A mesma lei dar concessão de bolsas de permanência aos bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e cria o Programa de Educação Tutorial (PET), destinado a estimular grupos de aprendizagem tutorial diante a concessão de bolsas de iniciação científica a graduandos e bolsas de tutoria a tutores/professores de grupos do PET (Brasil, 2019).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) passa a ser inserida como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005)

Torna obrigatória a oferta da língua espanhola por parte da escola e como facultativa a matrícula da disciplina por parte do aluno (Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005). Em 2017, a legislação é alterada (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, Art. 35-A§ 4º), passando a ser obrigatório nos currículos do ensino médio o estudo da língua inglesa, sendo optativa a oferta de outras línguas estrangeiras, preferencialmente o espanhol (Brasil, 2019).

Também em 2005 cria-se a plataforma web do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família (Projeto Presença), objetivando o monitoramento do acesso e da permanência dos alunos na escola, ao tempo que otimiza o repasse de recursos públicos calculados e baseados na quantidade de estudantes matriculados (Brasil, 2019).

No ano de 2006 é regulamentado o ensino fundamental de 9 anos, ingresso obrigatório aos seis anos de idade (Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006). E começa o Sistema Universidade Aberta do Brasil – a distância (Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006), com a finalidade de difundir a formação de professores da educação básica e, visando a qualificação do ensino. (Brasil, 2019).

Decreto o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (Proeja) (Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006). Através do programa, os estudantes das turmas de Educação de Jovens Adultos aprendem uma profissão enquanto não concluírem o ensino fundamental ou médio (Brasil, 2019). Também era normatizadora de “funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006, revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017) (Brasil, 2019)’.

Objetivando a ampliação do acesso e a permanência na educação superior, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais é instituído em 2007 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e é regulamentado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), outorgado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. O qual determina que da creche, educação básica ao ensino médio, com duração de 14 anos, passou a receber recursos federais (Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007) (Brasil, 2019). Nesse mesmo ano

“[...] é criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que reúne, num só indicador, os resultados de dois conceitos: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.” (Brasil, 2019). Medindo a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelecendo objetivos para a melhoria do ensino. Institui-se o Programa Mais Educação, que visa aguçar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de apoio a atividades socioeducativas no turno oposto ao escolar (Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007). Também se lança o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), política que reitera a visão da educação como sistema, com ações interligadas ao objetivo de melhorar a educação no Brasil, em toda a sua abrangência, com prazo de 15 anos, dando prioridade a educação básica (Brasil, 2019).

Ocorreu em 2008 a instituição do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008) (Brasil, 2019).

2009 é marcado pela instituição do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) “[...] para apoiar e fortalecer os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio não profissional (Decreto nº 971, de 9 de outubro de 2009).” (Brasil, 2019).

Criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, sistema informatizado e online gerenciado pelo MEC o mesmo autorizava às instituições públicas e privadas oferecer vagas dos seus cursos de graduação aos candidatos que participaram da edição anterior do Enem (Brasil, 2019).

No ano de 2011 foi proferido o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011) (Brasil, 2019).

Objetivando propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades e instituições de educação profissional e tecnológica, como também centros de pesquisa estrangeiros de excelência (Brasil, 2019), “[...] além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias foi instituído o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), (Decreto nº 7.642, 13 de dezembro de 2011).” (Brasil, 2019).

Instituída pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) a reserva de 50% das vagas nos cursos de graduação nas instituições federais de educação superior a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Dentro desse percentual, serão priorizados os alunos de menor renda e os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, bem como pessoas com deficiência (Brasil, 2019).

Criado em 2014 o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), que objetivava propiciar a formação e a capacitação outras línguas para discentes, docentes, técnicos e setor administrativo das Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas (IES) “[...] e de professores de língua estrangeiras da rede pública de educação básica, como também a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa (Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014).” (Brasil, 2019). Ainda nesse mesmo ano foi instituído o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), com orientações, objetivos e metas estratégicas para a educação para serem efetivados em 10 anos (Brasil, 2019).

Em 2015 foi lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse documento define as aprendizagens essenciais no decorrer da educação básica (Brasil, 2019).

No ano seguinte é formulado o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) (Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016), com meta de apoio a execução da proposta pedagógica para o ensino médio em tempo integral das redes públicas em todo país. Também é instaurado o MedioTec, uma ação do Programa Pronatec, que começa oferecer vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio, de forma simultânea, aos estudantes que ingressarem no ensino médio regular das escolas públicas, possibilitando duas certificações (Brasil, 2019).

Instituída a Política de aperfeiçoamento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, ficou conhecida como Lei da Reforma do Ensino Médio, deliberou uma série de modificações no ensino médio: aumentou o tempo do estudante na escola, determinou uma estruturação curricular mais maleável, com a oferta de diferentes percursos formativos (Brasil, 2019). Neste ano ainda é criado “[...] com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica (Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017.” (Brasil, 2019). Também “[...] é homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pela Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017.” (Brasil, 2019).

Em 2018 foi constituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), com o propósito de dar apoio aos Estados e Municípios nas revisões ou elaborações e aplicações dos currículos de acordo a BNCC (Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018) (MEC, 2019). “A base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que

se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Em 14 de dezembro de 2018, é homologado o documento da BNCC para a etapa do ensino médio.” (Brasil, 2019).

Instaurado o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), com a meta de fortalecer e dar apoio às escolas no processo de alfabetização dos estudantes matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental (Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018). Houve também a elaboração do Programa de Residência Pedagógica (Portaria Capes nº 38, de 28 de fevereiro de 2018), com a meta de melhorar a formação dos estudantes dos cursos de licenciatura, por meio de estágios supervisionados nas escolas públicas de educação básica (Brasil, 2019).

O Ministério da Educação anunciou, em 11 de julho de 2019, um empenho nacional pela educação básica em cooperação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O propósito “[...] é estimular a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação para jovens e adultos e tornar o Brasil referência na América Latina até 2030.” (Brasil, 2019).

Recendido em 17 de julho de 2019 o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se, que tem por objetivo o crescimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, em parceria com organizações sociais e do melhoramento à captação de recursos próprios (Brasil, 2019).

1427

Instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que visa amparar em estudos científicos para impulsionar e otimizar a alfabetização infantil (Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019). A nova diretriz de ensino dá ênfase a seis componentes: instrução fônica sistemática, consciência fonêmica, desenvolvimento vocabular, fluência em leitura oral, produção escrita e compreensão de textos (Brasil, 2019).

Foi lançado em 5 de setembro de 2019 o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que pretende a implementação de 216 colégios até 2023. O objetivo é promover a melhoria na qualidade da educação básica.” (Brasil, 2019).

Instituído, em 8 de outubro de 2019, o Programa Novos Caminhos, tem como meta ampliar em 80% o número de jovens em cursos profissionais e tecnológicos com ênfase nas exigências do mercado, nas profissões do futuro para assegurar mais qualificação, trabalho e renda. É distribuído em três pontos centrais: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento; e Inovar para crescer (Brasil, 2019).

Cria-se o da ID Estudantil (Medida Provisória nº 895, de 6 de setembro de 2019). A carteirinha que dá direito à meia-entrada para estudantes em espetáculos artístico-culturais e esportivos. A emissão passa a ser feita por meio de aplicativo de celular, de graça. O download do app 'ID Estudantil' está disponível na Apple Store e Google Play, na loja virtual do Governo do Brasil (Brasil, 2019).

Lançado em 5 de dezembro de 2019 o Programa Conta Pra Mim, que faz parte da Política Nacional de Alfabetização, objetiva impulsionar o desenvolvimento intelectual na primeira infância, através da leitura. “O programa reúne uma série de materiais para orientar e estimular os pais a incorporar as práticas de literacia familiar, uma técnica aplicada no dia a dia, na convivência entre pais e filhos (Brasil, 2019)”.

Poucos dias após o lançamento do Conta para Mim, chegou o do Diploma Digital. A certificação digital traz agilidade, elimina etapas que exigem tempo e dinheiro, como por exemplo a coleta de dados, de assinatura, a impressão e o deslocamento do estudante até a instituição para fazer o documento. Reduz o tempo de chegar à mão do aluno de 90 para 15 dias. Com as assinaturas digitais e em lote. As instituições de ensino superior públicas e privadas deverão adaptar-se até o fim de 2021 (Brasil, 2019).

Lançado, em 18 de fevereiro de 2020, o programa Tempo de Aprender (Portaria Nº 280) visa o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização aos professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental. Com base na Política Nacional de Alfabetização (PNA) e direcionado para a aplicação de práticas baseadas em evidências científicas nacionais e internacionais que deram certo, o programa traça um plano estratégico para corrigir a rota das políticas públicas de alfabetização no país. A implementação é realizada por meio da adesão de estados, municípios e Distrito Federal (Brasil, 2019).

O programa Tempo de Aprender foi de grande importância na efetivação da alfabetização brasileira com ênfase na formação dos professores e gestores, favorecendo o aprimoramento do conhecimento de toda equipe educacional, suportes essenciais na qualificação e valorização da educação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto anteriormente podemos constatar que a educação no Brasil está bem embasada teoricamente em apoios legais para o intelecto do sujeito como também em aspectos financeiros. Há de se ver que os projetos e decretos ocorreram gradativamente no decorrer dos anos. Projetos voltados para educação infantil, para o ensino fundamental, ensino médio e também ensino superior. Tendo como objetivo apoiar os estudantes e seus familiares, nos aspectos financeiros e intelectual. Suporte financeiros como a bolça família, bolça universitária,

auxílio transportes com as carteiras de estudantes e oferecimento do transporte em se, como é o caso do transporte rural.

A criação dos programas nacionais de alfabetização: do ensino infantil, fundamental e Educação de jovens e adultos, demonstram o empenho dos governos Brasileiros de diferentes épocas em erradicar o analfabetismo no país. O que ainda se almeja, pois o índice nacional ainda é preocupante.

O aprimoramento do ensino fundamental, com a regulamentação do ensino fundamental de 9 anos, com ingresso obrigatório das crianças aos seis anos de idade, a criação do programa bolsa famílias atrelado as frequências, dentre outros, são estímulos relevantes para as famílias, sobretudo as mais carentes, no comprometimento com a educação.

E se tratando do Ensino Médio o destaque merecido ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (Proeja) que favorecem aos estudantes de modo geral e das turmas de Educação de Jovens Adultos aprenderem uma profissão concomitante ao tempo que cursam o ensino fundamental ou médio.

Programas como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) dentre outros exemplificam fomentos para o ensino superior junto aos investimentos neles centrados indicam que esforços foram empenhados na melhoria e qualificação da educação Brasileira, visando propiciar a formação e a capacitação dos Brasileiros (as) com qualificação em universidades e instituições conceituadas de educação profissional e tecnológica em todo país.

Seria perfeito se pudéssemos constatar todos esses decretos e implementações na prática, na escola de fato, sobretudo no que diz respeito a fiscalização e acompanhamento dos profissionais, o suporte com materiais e recursos humanos. Que fizessem otimizar os recursos e investimentos para uma educação evoluída e transformadora de fato.

REFERÊNCIAS

- BELUZO, Maira Ferreira. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas.** 2015.
- BRASIL, LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei no 9.394/1996** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL, **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm> Acesso em 03/01/2025

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10861&ano=2004&ato=b59Qz aq1UeRpWT347>> Acesso em 03/01/2025

BRASIL. **Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005.** Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11180&ano=2005&ato=7150X VU5EMRpWTF53>> Acesso em 03/01/2025

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino fundamental de 9 anos.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm> Acesso em 03/01/2025

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm> Acesso em 03/01/2025

BRASIL. **Lei do PSPN (Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm> Acesso em 03/01/2025

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acesso em 03/01/2025

1430

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em 03/01/2025

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm> Acesso em 13 de março 2024.

BRASIL, **Conheça a história da educação Brasileira.** Ministério da educação, BRASIL, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-Brasileira>> Acesso em 13 de março 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm> Acesso em 03/01/2025

CARVALHO, Carin et al. **Educação jesuítica: contexto, surgimento e desdobramentos.** Revista Eletrônica de Ciências da Educação, v. 7, n. 2, 2008.

DARIUS, Rebeca Pizza Pancotte; DARIUS, Fábio Augusto. **A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova.** DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 20, n. 1, p. 32-41, 2018.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em revista, p. 61-79, 2011.

Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados Físicos e Financeiros do PNAE.** Brasília, DF, 2021.

MORAES, Louise. **A educação especial no contexto do Plano Nacional de Educação.** Série PNE em Movimento, n. 6, p. 48-48, 2017.

Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. BRASIL

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.